

# Do caos à ordem

O PRIMEIRO esboço da futura Constituição, a surgir do trabalho da Comissão de Sistematização sobre os relatórios das Comissões Temáticas, só apresentará alguma afinidade com a ordem que todos desejam ver estabelecida se os 93 membros da Comissão fizerem prova cabal de capacidade de negociação, de criatividade e de fortaleza.

JUNTAR os diversos textos, compatibilizá-los, integrá-los num todo com um mínimo de organicidade será tão fácil quanto extrair a ordem do disparate; o caos; do caos. Porque, além de incompletos — a Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação não conseguiu afrontar em tempo seu texto próprio e a Comissão da Ordem Econômica se deteve na aprovação de emendas —, esses textos são mais um prolongamento da disputa pela hegemonia política que foi a campanha eleitoral que as coordenadas de um grande projeto nacional.

ELAS CHEGAM à Comissão de Sistematização com uma carga enorme de tramas de bastidores, de ambições particulistas e regionalistas e de retórica de confronto. E mais se assemelham a uma camisa-de-força que à carteira de identidade de uma sociedade livre e construtora do próprio futuro, como deve ser uma Constituição.

O DISCURSO de repúdio às Constituições casuísticas, aos pacotes de emendas fechados em círculos restritos de decisão, às outorgas autoritárias, enfim,

desembocou em quê? Numa avalanche de minudências, que é um requinte de casuismo; e numa tal preocupação com marcar posição política, que dela só redundaria o enquadramento da Nação. É o que se colhe da maioria dos relatórios das Comissões Temáticas.

MATÉRIAS típicas de legislação ordinária, sem um mínimo de preocupação com a evolução que tantas vezes tem adquirido ritmo de verdadeira revolução — revolução industrial, revolução econômica, revolução cultural —, recebem tratamento de artigos constitucionais, superiores e imunes à evolução. Preme-se, assim, que basta fixar e garantir o presente; mesmo que à custa de voltar as costas para a conquista do futuro.

MATÉRIA crucial para a estabilidade das instituições políticas, a organização do poder foi tratada como se todo o problema fosse o figurino do dia e o talhe dos homens em evidência: o mandato do Presidente Sarney e a sorte futura das lideranças emergentes. E daí saímos para uma proposta parlamentarista em que as crises políticas, em vez de serem absorvidas, ameaçam transformar-se em impasse: sem que o Presidente da República represente a isenção e a continuidade do Estado e sem que o Gabinete e o Governo expressem o espectro de forças presentes no Parlamento.

A PRETEXTO de garantia das instituições inventou-se, na Comissão respectiva, um original "estado de defesa" que deixa as garantias individuais à mercê de

uma maioria partidária e potencialmente ditatorial. A pretexto de ordem social, imaginou-se instituir no País, por ato constitucional, a civilização do lazer, com a redução compulsória da semana de trabalho a 40 horas; e inibiu-se a circulação social, dissociando-se desempenho e competência da estabilidade no emprego, já que esta é adquirida, automaticamente e de mão beijada, no primeiro dia de trabalho. E o que dizer do absurdo de se proceder, na Constituição, a uma divisão prévia da arrecadação fiscal entre União, Estados e Municípios, como se essa organização político-administrativa do Estado brasileiro se tivesse tornado intangível e imutável, por definitivamente cristalizada?

COMO é de se esperar que a dinâmica da Constituinte acabe por elaborar sua própria pedagogia e disciplina metódica, o cenário das Comissões Temáticas não pode repetir-se na Comissão de Sistematização. A menos que se queira inviabilizar a Constituição, ou fazê-la a mais efêmera de quantas o País já conheceu.

A SISTEMATIZAÇÃO começa, inevitavelmente, por uma hierarquização; começa por estabelecer o que vai ser o eixo do novo Estado brasileiro. Disso, até agora, se cuidou muito pouco. E entre os valores que a Constituição deve traduzir, da mais nítida e inofensível forma, figuram os valores da liberdade, da autonomia, da iniciativa, do trabalho, do empreendimento. Mas, ao traduzi-los, cabe-lhe antes abri-los espaços que pretender marcar-lhos ou predeterminá-los.